

**ANÁLISE TERRITORIAL: RISCO E VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
DAS ÁREAS RIBEIRINHAS DO RIO MUNDAÚ EM UNIÃO DOS PALMARES - AL**

**TERRITORIAL ANALYSIS: SOCIOENVIRONMENTAL RISK AND
VULNERABILITY OF MUNDAU RIVER RIPARIAN AREAS IN
UNIÃO DOS PALMARES – AL**

Claudionor de Oliveira SILVA¹
Luciana TURATTI²
Júlia Elisabete BARDEN³
Odorico KONRAD⁴

Resumo: No contexto atual, não há como negar os efeitos ocasionados por alguns fenômenos da natureza, em especial quando estes são potencializados devido a ocupação de áreas ribeirinhas. O objetivo deste artigo foi analisar a intensificação dos efeitos dos impactos socioambientais causados nas áreas ribeirinhas do Rio Mundaú em União dos Palmares - AL, após a enchente de 2010. Assim, procedeu-se uma pesquisa de cunho qualitativo que possibilitou a compreensão e interpretação da ocorrência desse acontecimento e as estratégias da ação social adotada pelos indivíduos. O método utilizado foi o qualitativo. Além da pesquisa bibliográfica e documental, realizou-se observação “in loco” das áreas atingidas e foram aplicadas entrevistas semiestruturadas aos moradores dos novos conjuntos habitacionais e aos representantes da defesa civil. Conclui-se que as áreas de riscos são propícias às inundações no município e são decorrentes da urbanização sem planejamento, que atinge os padrões socioeconômicos, culturais e ambientais em que a população está inserida. Somam-se a tais aspectos, a falta de saneamento básico, as ocupações irregulares das áreas ribeirinhas e a retirada da mata ciliar, os quais contribuem para intensificar os efeitos das enchentes e inundações na cidade.

Palavras-chave: Desastres naturais, Enchentes e inundações, Problemas socioambientais.

Abstract: In the current context, there is no denying the effects caused by some natural phenomena, especially when these are enhanced due to the occupation of riparian areas. The objective of this article was to analyze the intensification of socioenvironmental impacts caused in Mundaú River riparian areas, in União dos Palmares - AL, after flood occurred in 2010. Thus, a qualitative research was carried out, that allowed the understanding and interpretation of the occurrence, and the strategies of the social action adopted by the inhabitants. The method used was the qualitative one. In addition to, bibliographical and documentary research, "in loco" observation of the affected areas and semi-structured interviews were applied to the residents of the new housing complexes and representatives of civil defense. It is concluded that the areas of risk that are conducive to flooding in the municipality and are due to urbanization without planning, that reaches the socioeconomic, cultural and environmental standards in which the population is inserted. Besides this are the lack of basic sanitation, irregular occupation and removal of riparian forest, which contribute to intensify the

¹ Doutorando em Ambiente e Desenvolvimento-PPGAD-Universidade do Vale do Taquari-UNIVATES,RS. Graduado em Geografia-Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim-PE. Bolsista CAPES. Geografia.gestao@hotmail.com

² Doutora em Direito. Universidade Santa Cruz do Sul-UNISC. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento-PPGAD e do Programa de Pós-Graduação em sistemas Ambientais Sustentáveis-PPGSAS da Universidade do Vale do Taquari-UNIVATES,RS. lucianat@univates.br

³ Doutora em Economia-Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento-PPGAD da Universidade do Vale do Taquari-UNIVATES,RS. jbarden@univates.br

⁴ Doutor em Engenharia Sanitária e Ambiental-Montanuniversitat Leoben/Áustria. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento-PPGAD da Universidade do Vale do Taquari-UNIVATES,RS (Mestrado e Doutorado). okonrad@univates.br

effects of floods and floodings in the city, that contribute to intensify the effects of floods and floodings in the city.

Keywords: Natural disasters, Floods and floodings, Socioenvironmental problems.

Introdução

O espaço urbano possui diferentes usos. Esses usos definem áreas, como: o centro da cidade, o centro comercial, centro de serviço, de gestão, áreas industriais, áreas residenciais e áreas de lazer. Existem também, áreas ribeirinhas, constituídas por cortiços, sistemas de autoconstrução e conjuntos habitacionais fornecidos pelo agente estatal, normalmente ocupadas por grupos sociais caracterizados por possuírem baixa renda.

Tais espaços também são marcados pelo processo de territorialidade. Esses territórios são demarcados por grupos sociais, culturais e agentes econômicos que constituem aproximações com os espaços, significando-os a partir dos seus conhecimentos e experiências, fazendo com que o conceito de território não seja mais permeado somente por uma definição geográfica.

A área ribeirinha da cidade de União dos Palmares apresenta uma característica marcante: ocupação indevida pelos grupos sociais. Uns utilizavam para moradias e comércio; outros para prestação de serviços informais: lavadores de carros e oficinas. Após a enchente de 2010, a atividade informal dos lavadores de carros que utilizam as margens do rio para realizar tal atividade, continua acontecendo nesse território.

A pesquisa se propôs a analisar os impactos socioambientais ocorridos junto aos moradores ribeirinhos a partir da enchente ocorrida no dia 18 de junho de 2010 e o comportamento adotado pelo Poder Público para os desabrigados e desalojados na cidade de União dos Palmares, tendo como problema norteador: quais fatores contribuíram para a formação do território na área ribeirinha do Rio Mundaú da cidade de União dos Palmares e como a relação com o espaço se constituiu após a enchente de 2010?

Território, territorialização, desterritorialização, risco e vulnerabilidade

O processo da ocupação do espaço geográfico inicia, na maioria das vezes, pela demarcação de determinados territórios pelos mais diversos grupos sociais, agentes econômicos, e outros. Nesta direção são introduzidos certos tipos de culturas nos locais ocupados, resultando na formação de diferentes formas de territorialidades, visto que o espaço possui caráter dinâmico e, portanto, sofre várias transformações. As relações sociais, as relações de poder, as fontes de recurso, como proteção ou abrigo, estão em constante movimento no espaço. Haesbaert lembra neste sentido que (2005, p. 6776):

[...] O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) [...].

O território é um produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, que se territorializa a partir do espaço. “Ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente, o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p.143).

É fundamental ressaltar que o espaço é anterior ao território. O território se reproduz a partir do espaço geográfico, que se apropria do espaço social, econômico e cultural, para realização de determinadas atividades que, por sua vez, passam a ter relação com o poder. Saquet (2003, p. 24) afirma que:

[...] São as relações que dão o concreto ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder. Toda relação social, econômica, política e cultural é marcada pelo poder, porque são relações que os homens mantêm entre si nos diferentes conflitos diários.

Diferentemente de território, a territorialidade assume dimensões mais particulares, pois reflete o vivido, representando uma dimensão do território, onde um grupo(s) ou social (ais), ocupa o território, usa o território, controla o território, e se identifica com o território. Raffestin (1993, p. 158) revela que a “territorialidade assume um valor bem particular, pois reflete o multidimensionamento do “vivido” pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral”.

A territorialidade permeia as relações diárias. Corresponde as relações sociais cotidianas em tramas, no trabalho, na família, na igreja, nas lojas, nos bancos, na escola, e outros. “A territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas [...] resultado e determinante do processo de cada território, de cada lugar; é múltipla, e por isso, os territórios também o são” (SAQUET, 2010, p. 129).

O território pode sair de seu curso, pode abrir-se, e assim desterritorializar-se, por meio da divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p. 323). Deleuze e Guattari (1997, p. 224) referem que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, “é a operação da linha de fuga” enquanto a reterritorialização é o movimento de construção do território (DELEUZE e GUATTARI, 1997:224).

A urbanização no Brasil levou ao crescimento desordenado das cidades transformando determinados territórios em locais impróprios à ocupação, caso este das denominadas “áreas ribeirinhas”. As alterações provocadas pela ação antrópica no ambiente (lançamento de resíduos, desmatamentos, assoreamento dos rios, construção de moradias em áreas de risco, e outros) deixaram as pessoas em situação de vulnerabilidade, constituindo assim um paradoxo: o homem destrói o que constrói! Tominaga (2009) afirma que existe uma relação entre o avanço da degradação ambiental, o grau de impacto dos desastres e a intensidade da vulnerabilidade humana no Brasil. Porto (2007) diz que vulnerabilidade é a “capacidade de antecipar, sobreviver, resistir e recuperar-se dos impactos decorrentes dos desastres”. Cardona (2001) acrescenta que o motivo do aumento da vulnerabilidade está atrelado aos avanços dos processos econômicos, demográficos e políticos.

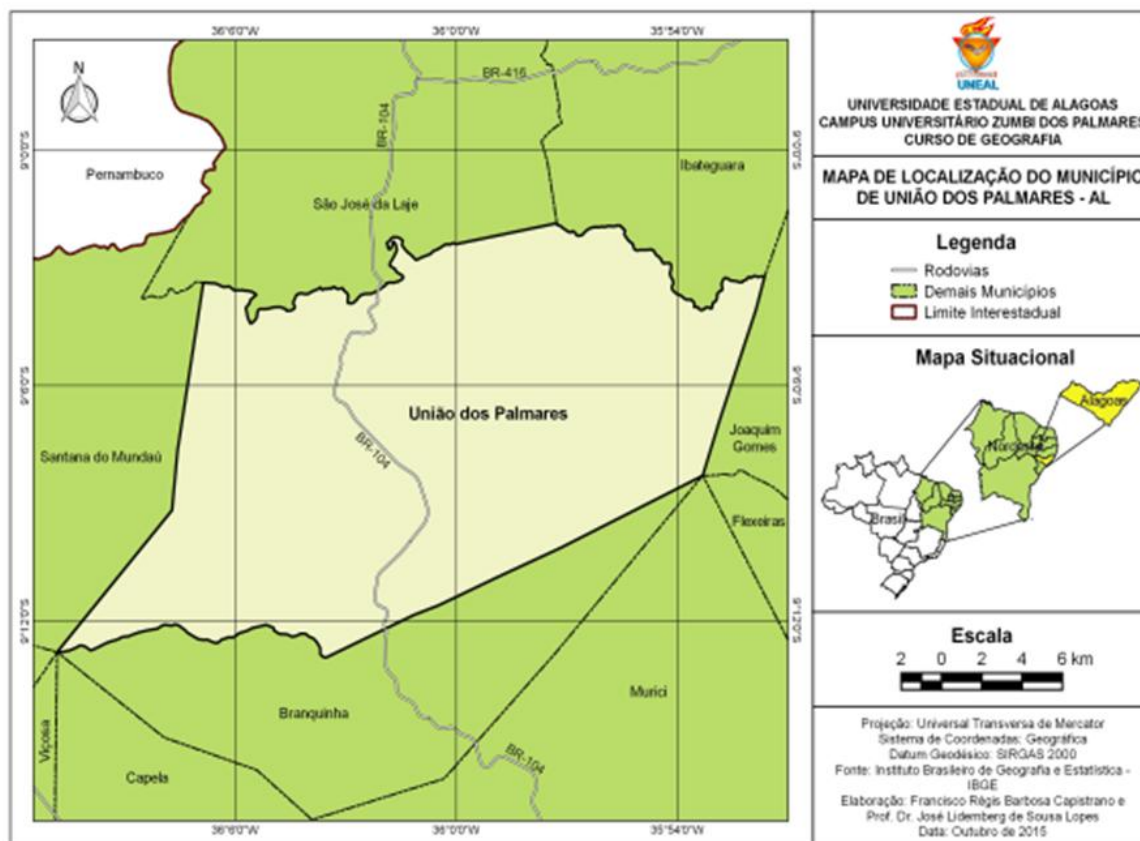
As barreiras econômicas e culturais criam efeitos de interrupção de certos grupos sociais visto como desconhecidos dos grupos que comandam os processos econômicos, grupos que se veem lançados, por questão de sobrevivências, uma vida marginalizada, diferente dos outros grupos sociais.

Para Fuini (2017, p. 20), “territorialidades que se apresentam com o sentido de pertencimento, uso e vivência em um recorte do espaço e que na atualidade se expressam mais em rede (lógica reticular), com a compressão do espaço pelo tempo, do que em zonas contíguas (lógica areal)”. Entende-se assim a configuração de multiterritorialidade, uma ligação de diversos pontos, entre serviços e órgãos, com o objetivo de proteger. Nesse sentido é fundamental proteger as populações que estão em situação de risco e vulnerabilidade e vivem ou viveram situações de enchentes.

Área de Estudo

Segundo o IBGE (2010), o município de União dos Palmares está localizado norte-nordeste do Estado de Alagoas, limitando-se ao norte com os municípios de São José da Laje e Ibataguara, ao sul com Branquinha, a leste com Joaquim Gomes e a oeste com Santana do Mundaú. Com uma área de 420,7 km² e com uma população de 62.358 habitantes no último censo. Tem as seguintes coordenadas geográficas: latitude: 9° 10'18'' sul, Longitude: 36° 1' 16'' Oeste (figura 1).

Figura 1. Localização do município de União dos Palmares.



Fonte: Lopes (2015).

União dos Palmares é considerado um dos mais antigos municípios do estado de Alagoas e se desenvolveu às margens do Rio Mundaú. Segundo a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Alagoas – SEMARH, o Rio Mundaú nasce no município de Garanhuns, há acerca de 69 km, percorrendo áreas do Estado de Pernambuco, e desemboca na Lagoa Mundaú, em Maceió - AL. A bacia do Rio Mundaú possui uma área de 4.126 km², banhando trinta municípios. Em seu trecho pernambucano, a bacia apresenta uma área de 2.155 km², localizada na Mesorregião do Agreste Pernambucano, onde estão total ou parcialmente inseridos territórios de 15 municípios, com uma população de mais de 215.000 habitantes. Estão situadas no referido trecho, oito sedes municipais, sendo quatro totalmente inseridos na bacia Angelim, Correntes, Palmeirina e São João e outros quatro têm a sede do município inserida na bacia Caetés, Canhotinho, Lagoa do Ouro e Garanhuns, a maior delas.

Conforme a SEMARH, na parte alagoana da bacia, que corresponde à sua metade inferior, a superfície é de 1.971 km², onde estão, total ou parcialmente, inseridos territórios de 15 municípios da Mesorregião Leste Alagoano, abrangendo uma população de cerca de

230.000 habitantes. Encontram-se no trecho de Alagoas, 10 sedes municipais, além de uma pequena da zona urbana de Maceió, destacando-se como principais núcleos urbanos, as cidades de Rio Largo e União dos Palmares. Os principais afluentes do rio Mundaú no Estado de Pernambuco na margem direita são: Riacho Conceição, Riacho Salgado, rio Correntes e Rio Mundaúzinho; e pela margem esquerda, o rio Canhoto, que deságua no rio Mundaú em território alagoano, é o afluente mais importante e tem, por sua vez, como principal contribuinte o rio Inhaúma.

A área onde reside a população ribeirinha da cidade de União dos Palmares localiza-se às margens do rio Mundaú e de seus afluentes: o Rio Cana Brava, o riacho Macacos, o Rio Caruru, o Rio Canhoto, o Rio Seco, Rio Sueca, Rio Inhaúma, e o Rio cabeça de Porco.

A pesquisa teve como local a área ribeirinha do Rio Mundaú em União dos Palmares, Alagoas. A escolha do local ocorreu devido à importância histórica para formação do município, pois foi onde se deu o início do comércio da cidade e onde uma significativa parcela da população se instalou. Os sujeitos da pesquisa são representados principalmente por proprietários de lava jatos, ou seja, lavadores de carros (que estão ainda no local, mesmo depois da enchente), membros da defesa civil e moradores dos novos conjuntos habitacionais atingidos pela enchente no ano de 2010.

Material e Métodos

A pesquisa ocorreu em três momentos: o primeiro, caracterizado pela pesquisa bibliográfica que constituiu a base teórica para fundamentação deste trabalho; o segundo, marcado pela análise documental, onde foram analisados o Plano Diretor e a Lei Orgânica do Município; e o terceiro, no qual foi feita a pesquisa de campo, utilizando-se entrevistas semiestruturadas. Adotou-se chamar os entrevistados de: entrevistado 1, entrevistado 2. O método utilizado foi o qualitativo e a análise das entrevistas foi pautada na análise do discurso.

União dos Palmares é constituído de duas formas de ocupações do território. Os que ocuparam as partes altas, constituídos pelos bairros Abolição, Cohab Velha, Cohab Nova, Centro, Costa e Silva, Jardim Brasília, Alto da Boa Vista, Bairro de Fátima, Loteamento Santa Maria Madalena, e os que ocuparam as áreas ribeirinhas.

As áreas ribeirinhas, Rua Demócrito Gracindo (Rua da Ponte), Rua do Jatobá, Rua do Juazeiro, Rua da Cachoeira, Taquari e Várzea Grande, foram as mais atingidas pela enchente 2010, foram totalmente destruídas. Nas Ruas Demócrito Gracindo, Rua do Jatobá e Rua da Cachoeira, localizava-se o antigo centro de União dos Palmares (figura 2).

A enchente aconteceu em 18 de junho de 2010. O Boletim emitido pela Defesa Civil Estadual em 23 de junho notificou 26 mortes e 22 desaparecidos e, ainda 7.669 casas danificadas e 9.732 casas destruídas, no Estado de Alagoas. As cidades de Branquinha, Santana do Mundaú, União dos Palmares e Quebrangulo foram as mais atingidas. Em União dos Palmares as ruas indicadas na figura 2 foram totalmente destruídas.

Figura 2. Ruas atingidas pela enchente no ano de 2010.



Fonte: Plano Diretor de União dos Palmares, 2006.
Tratamento de dados: o autor (2017).

Resultados e discussão

Formas de territorialidade que ocorrem nas áreas ribeirinhas da cidade de União dos Palmares

O povoamento das ruas localizadas na região ribeirinha ocorreu gradativamente, ao longo da história de constituição da cidade. Também era nesta região que se encontrava a área central da cidade. Conforme os entrevistados (pesquisa de campo, 2017), a primeira Rua de União dos Palmares foi a Rua do Jatobá, localizada às margens do rio Mundaú, onde foi erguida uma capela, e colocada a imagem de Santa Maria Madalena, trazida de Portugal por Domingos de Pino. O comércio e a feira livre também foram instalados nesse território, formando o centro comercial da cidade. Ainda segundo os entrevistados uma das marcas deixadas pelas constantes cheias do rio era a derrubada da capela. Tal fato fez com que um casal da cidade viesse a doar um terreno, distante da área ribeirinha, denominada “rua de cima”, onde foi construída a igreja matriz. A partir deste momento, o comércio também foi sendo realocado para próximo da nova igreja.

Mesmo assim, as construções nas áreas ribeirinhas não pararam. A venda de terrenos era constante, para construção de casas, pontos comerciais, oficinas e lava jatos (PLANO DIRETOR, 2006). Essas construções não seguiam nenhum padrão estabelecido pelos órgãos competentes. Foram construídas muito perto das margens sob áreas cobertas com mata ciliar. Com a construção das casas, o processo de desmatamento aumentou, acelerando o processo de erosão, e como consequência o assoreamento do rio (entrevistado 1). Na figura 3 é possível ver, ao fundo, as casas construídas às margens do rio mundaú.

Figura 3. 3a Rua Demócrito Gracindo (rua da ponte), 3b Rua do Jatobá e a proximidade das casas com Rio.



Fonte: Jmacelofotos (2013).

As moradias identificadas na figura 3b, ao fundo, construídas próximas às margens do rio, deixam evidente o risco a saúde pública e a vulnerabilidade social. Segundo a ONU (2016), Os Objetivos do Desenvolvimento sustentável firmados para 2030, contém em seu objetivo 11, e 11.7.b respectivamente, a proposta de tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação à mudança do clima, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis. Tem-se assim que tais objetivos buscam assegurar os direitos humanos e visam alcançar a igualdade de gênero, nas dimensões do desenvolvimento sustentável, na economia, no social e ambiental. As figuras apresentadas, no entanto, demonstram que ainda existem realidades distantes de tais propostas.

Impactos causados pela ocupação de áreas ribeirinhas em União dos Palmares

Segundo o Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Integrado-PDPDI de 2006, a delimitação da área com constante risco de inundação pelas enchentes é caracterizada pelo território onde estava estabelecida a população ribeirinha do Rio Mundaú das Ruas, Taquari, Demócrito Gracindo (Rua da Ponte), Rua do Jatobá, Rua do Juazeiro, Várzea Grande em sua totalidade e Rua da Cachoeira. Ainda conforme o documento as enchentes de 1969, 1978, 1989 e 2000, sendo esta última com maior intensidade, destruíram por completo a rua do Jatobá, rua Demócrito Gracindo e Rua do Juazeiro, deixando um saldo de aproximadamente 2.500 residências destruídas e muitos desabrigados e desalojados.

A delimitação da Área de Proteção das Bacias dos Rios Mundaú, Canhoto, Caruru, Cana Brava, Sueca, Seco, Riachos de Cabeça-de-Porco, Pindoba, Pelada, Canoas, Tatu, Serrana, Dantas e Macacos, se dá ao longo dos cursos desses rios e riachos bem como suas nascentes, obedecendo a rigor o disposto na legislação federal de proteção à mata ciliar citada no Código Ambiental, conforme Lei 4771/65 (quadro 1). Há de se lembrar neste sentido que o novo Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651/12) alterou significativamente a lei 4771/65.

Quadro 1. Delimitação da Área de proteção das Bacias

Recursos Hídricos do Município	Largura mínima da faixa de preservação
Rio Mundaú	50 a 200 m em cada margem
Rio Canhoto	50 a 200 m em cada margem
Rio Caruru	30 m em cada margem
Rio Seco	30 m em cada margem
Rio Sueca	30 m em cada margem
Rio Cana Brava	30 m em cada margem
Riacho Macacos	30 m em cada margem
Riacho Cabeça-de-porco	30 m em cada margem
Riacho Pindoba	30 m em cada margem
Riacho Serrana	30 m em cada margem
Riacho Pelada	30 m em cada margem
Riacho Canoas	30 m em cada margem
Riacho Tatu	30 m em cada margem
Riacho Dantas	30 m em cada margem
Nascentes e Olho D'água	Raio de 50m

Fonte: PDPDI, 2006.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2011) as intervenções na mata ciliar dos rios e seu entorno deixam as áreas vulneráveis e sujeitas aos efeitos dos processos erosivos das rochas, resultando no carreamento dos sedimentos para os rios, tornando-os mais propensos a cheias e enchentes. Daí porque a análise que segue, que ocorreu a partir da aplicação de entrevistas e das observações realizadas *in loco*, teve como finalidade diagnosticar as causas e os elementos que resultam na territorialidade do espaço ocupado, nesse caso, as áreas ribeirinhas de União dos Palmares. Segundo Santos (2001, p.19):

[...] o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence [...] esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência do Estado. Assim, essa ideia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também

a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que entre os seres vivos, é privilégio do homem. Num sentido mais restrito, o território é um nome político para o espaço de um país.

A territorialidade é representada, portanto, pelo sentimento de exclusividade e pertencimento, no caso em questão, identificado a partir da ocupação das áreas ribeirinhas do rio Mundaú. A área, como já mencionado, era ocupada por moradores, lavadores de carros (lava jatos), oficinas, e outras atividades, com uma dinâmica social própria. Em 18 de junho de 2010, esta realidade mudou significativamente. Nesse mês, diversos municípios de Alagoas e Pernambuco foram atingidos por altos níveis de precipitação vindos do litoral. Os dois Estados tiveram um número significativo de municípios destruídos pelas cheias. Em Alagoas 28 municípios (27,4%) foram afetados, sendo que 04 decretaram situação de emergência e 15 decretaram estado de calamidade pública. Em Pernambuco, 67 municípios foram afetados, 30 municípios com situação de emergência e 9 em estado de calamidade pública, segundo dados da Defesa Civil Estadual (SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, 2010).

Segundo o boletim do Centro Nacional de Gerenciamento de Risco e Desastres de Alagoas CENAD-AL (2010), o número de indivíduos afetados chegou a 284.632, sendo que 181.018 foram do estado de Alagoas e 103.612 de Pernambuco. O número de desalojados alcançou 55.643 em Pernambuco e 47.897 em Alagoas, totalizando 102.420 pessoas. Os óbitos somaram 79 (34 em Alagoas e 17 em Pernambuco).

Conforme a Defesa Civil, em União dos Palmares o número de desabrigados e desalojados foi de mais de 4.000 pessoas. Os números do desastre ocasionado pela cheia de 2010 superaram os das enchentes anteriores. Tal fato pode estar vinculado ao maior número de residências e famílias no local, se comparado com as enchentes anteriores.

Mesmo diante de tamanha vulnerabilidade, os entrevistados afirmaram, quando questionados, que as áreas ribeirinhas continuavam sendo comercializadas a preços baixos. “Não tinha fiscalização”, e o “dinheiro era pouco”, o “dinheiro não dava para comprar em outro lugar” (entrevistado 1). Ainda conforme as informações coletadas alguns terrenos eram adquiridos para construção de moradias, e outros, para implantação de serviços, principalmente oficinas e lava jatos. A área também era conhecida pelos usos ilícitos, dentre os quais, os moradores destacaram o uso de drogas e a prostituição. Ao se questionar os entrevistados acerca das possíveis causas que teriam contribuído para o acontecimento da enchente de 2010, estes referiram: a grande quantidade de chuvas do período, a falta de saneamento básico, a desobediência às normas, a falta de investimento em políticas públicas, a não retirada de areia do leito do rio, e o fato das casas serem construídas na beira do rio.

As falas dos entrevistados também deixaram transparecer uma grande preocupação com o fenômeno das cheias. Muitos manifestaram que toda vez que chovia muito ocorria, “o medo de acontecer de novo”. Independentemente disto, todos manifestaram gostar de morar naquele lugar, demonstrando assim, uma identificação com o local. CORRÊA (1993) denomina este fenômeno de inércia, e o relaciona à formação das áreas cristalizadas e aponta: a busca de outra área poderia provocar custos; fatores de permanência; sem conflitos; sentimentos e simbolismo.

Outros ainda mencionaram o descaso com a região; a falta de saneamento básico; a vulnerabilidade de morar nas áreas de risco e a ausência de vigilância das construções nessas áreas. Segundo eles vivia-se da expectativa do que estava por vir. A tragédia, além de ocasionar significativos transtornos, representou um momento de pânico para muitos: “podia-se perceber angústia e amargura sem saber o que fazer diante da tamanha desgraça” (entrevistado 2). A devastação ocasionou vários transtornos à população ribeirinha (figura 4).

Figura 4. 4a - casas comerciais, 4b - moradores sem perspectivas de vida no dia da enchente, 4c - as construções não respeitam a largura mínima de preservação, 4d - a devastação da ocasionada pela enchente 2010.



Fonte: jmacelofotos, (4a, 4b), 2013; gazeta do povo vida e cidadania (4c, 4d), 2010.

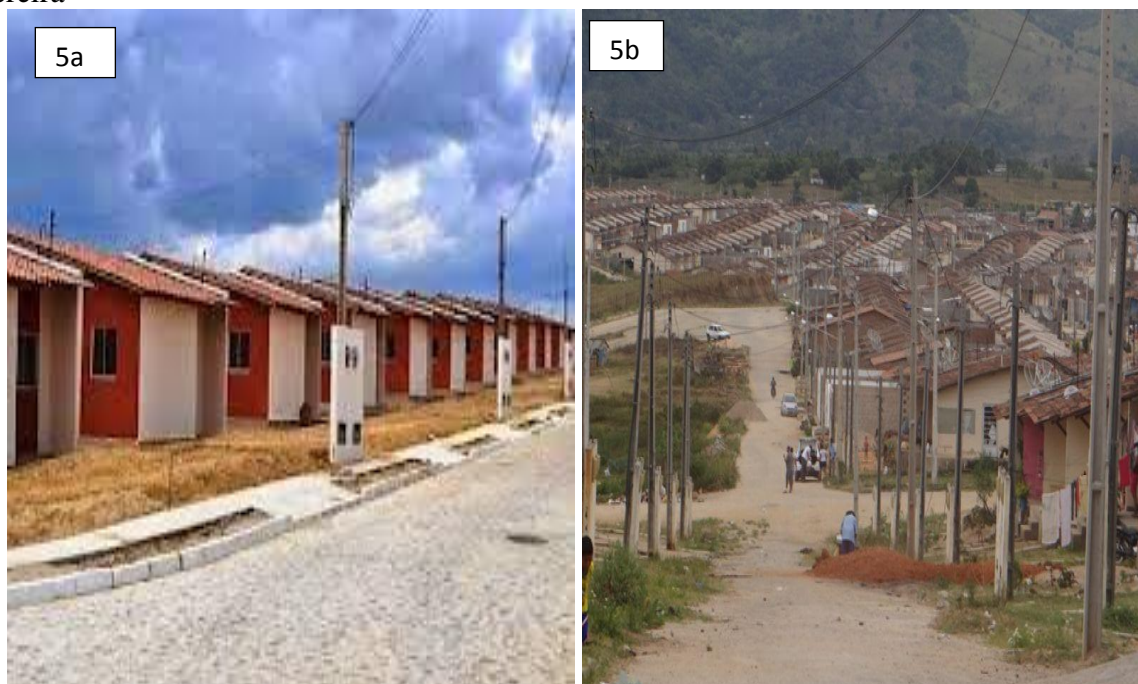
As entrevistas deixaram claro o surgimento de um território marginalizado, às margens de rios, com a presença de moradores, comerciantes, oficinas, lava jatos, usuários de drogas, e muitos outros, enfim, atividades lícitas e ilícitas. Mas, mesmo diante da comprometida qualidade de vida, fica evidente que os moradores e usuários do local se apropriaram do território como forma de sobreviver em um mundo marcado cada vez mais pela desigualdade e concorrência.

Medidas adotadas para alocação dos desalojados e desabrigados do evento natural à enchente de 2010 em União dos Palmares

Após a enchente, os mais de 4.000 desabrigados e desalojados foram alocados nas escolas existentes no município. Nesse momento, a Defesa Civil e o município fizeram o cadastramento das pessoas atingidas pela enchente, para a tomada de decisão na construção de conjuntos habitacionais para abrigar a população atingida. Houve uma intervenção política, para aquisição das novas áreas. As propriedades foram adquiridas pela Caixa Econômica Federal. Duas áreas foram desapropriadas e adquiridas com o objetivo de constituir novos conjuntos habitacionais. Assim, surgiram novas funções, novos arranjos, no novo território.

Segundo a Defesa Civil foram em torno de 4.200 casas construídas nos novos conjuntos habitacionais: Newton Pereira, Nova Esperança (os dois maiores), Conceição Lira, Muquém e José Carrilho Pedrosa (figura 5). As casas ali construídas possuem um padrão único, cada uma com 41 m² de área, dividida em dois quartos, sala, cozinha, banheiro, varanda e área de serviço. Segundo os entrevistados, o número de casas construídas foi maior do que o número de desabrigados. Os entrevistados também apontaram que algumas doações realizadas teriam sido irregulares, uma vez que muitas pessoas que receberam casas não foram atingidas pela enchente.

Figura 5. 5a – Conjunto Habitacional Nova Esperança 5b – Conjunto Habitacional Newton Pereira



Fonte: Blog A palavra.com. 2016.

Outro questionamento realizado aos desabrigados e desalojados da enchente 2010 foi no sentido de identificar as medidas que foram tomadas como forma de minimizar os efeitos da enchente e inundação. Ao se referirem ao período anterior a cheia os entrevistados afirmaram que tanto o município como a Defesa Civil não teriam prestado nenhuma assistência. Após a cheia estes teriam alertado os moradores acerca dos riscos de morar em áreas ribeirinhas, mas ainda assim entenderam que a assistência se mostrou falha e de pouco apoio social.

Logo após a cheia de 2010 as áreas ribeirinhas tiveram sua ocupação alterada, deixando de ser residenciais e comerciais, permanecendo no local, contudo, alguns lava jatos. As casas que resistiram à enchente foram demolidas pela Defesa Civil. Segundo os entrevistados, a sensação ocasionada pela ação “foi horrível”. “Começar do zero, olhar para toda aquela área e ver um vazio”. “Perder tudo que tinha guardado, minhas coisas, que gostava tanto”, afirmou um entrevistado. Observa-se, aqui o pertencimento, a valorização das coisas construídas ao longo do tempo, a identificação com o território e o conjunto de elementos presentes na constituição do processo de territorialização.

Novos territórios são criados. O processo é composto por um eterno movimento: desterritorializam-se os antigos proprietários para implantação de novas residências, ao mesmo passo em que este que estão a ocupar estes locais, também foram desterritorializados.

As cidades tornaram-se espaços cada vez mais urbanizados e crescem constantemente, assumindo papel relevante no cenário do meio ambiente global. Torna-se fundamental reconhecer a natureza global dos problemas urbanos e empenhar nossos melhores esforços para tornar as cidades lugares mais dignos para se viver – e mais favoráveis do ponto de vista ambiental. (VERONA e TROPPEMAIR, 2004, p.113).

São diversos argumentos, discussões sobre o meio ambiente nas últimas décadas. Debates importantíssimos tem se realizado em busca de formas para construir um avanço urbano nas cidades, para diminuir os desequilíbrios e as desigualdades socioeconômicas, que interferem no grau das necessidades básicas da população.

Podemos encontrar em relatos populares sobre o que é risco, como alguém que viva em lugar próximo de locais que ocorram fenômenos naturais com consequências direta, na população e mudanças culturais e modo de vida. É alguém que vive nas margens dos rios, porque não tem outro lugar para morar (entrevistado 2).

Entende-se que o conhecimento das áreas de risco pelo poder público é fundamental para fazer planos de prevenção e de intervenção rápida. Para isso, é importante que se conheça os fenômenos naturais e vulnerabilidade, como população, infraestrutura das edificações, estradas.

Considerações finais

É notório o crescimento e concentração da população em áreas urbanas sem a adequada infraestrutura, fato este diretamente relacionado ao aumento da vulnerabilidade social em especial da população de baixa renda, que, por consequência, fica mais exposta aos fenômenos naturais como é o caso das enchentes e inundações.

Esta pesquisa abordou a enchente ocorrida em União dos Palmares em 18 de junho de 2010, bem como, as consequências desse desastre climático principalmente no que tange aos aspectos ambientais e sociais.

As formas de territorialidade apresentadas no trabalho apareceram como resultado do processo de ocupação espacial da cidade desde a sua formação, que concentrou a população, o comércio, a capela, os serviços dos lavadores de carros, os chamados, lava jatos e a feira livre nas áreas ribeirinhas.

Antes da enchente de 2010 a população ribeirinha, situada às margens do Mundaú, convivia com os riscos de enchentes periódicas. Com a pesquisa, percebeu-se que a enchente de 2010 foi uma das mais devastadoras, pois a destruição foi generalizada. Todas as residências construídas as margens do rio foram água abaixo. As medidas adotadas pelo

Município, Defesa Civil e Caixa Econômica Federal foram a construção de conjuntos habitacionais, para abrigar os desabrigados e desalojados.

Tais ações, no entanto, não consideraram a relação das pessoas para com os espaços antes utilizados. A relação de vizinhança, a relação de parentescos, a relação do lugar, o espaço apropriado, a produção de identidade.

Hoje as margens ribeirinhas ocupadas outrora pelos moradores encontram-se desabitadas. Lá permaneceram os serviços informais de lavagem de veículos e, além disso, o território está sendo usado para uso de drogas e prostituição.

Portanto, este estudo não se esgota aqui. Evidencia-se a necessidade de aprofundamento de pesquisas que permitam o debate sobre enchentes recorrente na região e a necessária consideração dos elementos que compõem a ideia de território.

Referências

BLOG A PALAVRA Disponível em: <http://www.blogapalavra.com/> Acesso em: 02. Fev. 2017.

BLOG JMARCELOFOTOS. Disponível em: <http://www.jmarcelofotos.com/2013/04/antiga-rua-democrito-gracindo.html>. Acesso em: 04. Fev. 2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2010.

BRASIL. Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, alterada pela Lei 12.727, de 17 de outubro de 2012. Brasília, DF. Congresso Nacional, 2012.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Área atingida pela tragédia das chuvas Região Serrana do Rio de Janeiro. Brasília – DF/ Fevereiro de 2011. Relatório de Inspeção.

CARDONA, O. D. La necesidad de repensar de manera holística los conceptos de vulnerabilidad y riesgo: una crítica y una revisión necesaria para La gestión. Bogotá: CEDERI, jun. 2001.

Centro Nacional de Gerenciamento de Risco e Desastres de Alagoas (CENAD-AL, 2010). Disponível em: <http://www.mi.gov.br/defesa-civil/cenad/apresentacao> Acesso em: 16 de fev. 2017.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1993.

DAMINELLI, M. **Qualidade de vida e meio ambiente**. São Paulo: SESC, 1998.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a Filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34. 1992.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Ed. 34. 1997

FUINI, L. L. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Vol. 21, n.1, p. 19-29, 2017.

G1. Sobrevoa cidades destruídas pela enchente em Alagoas. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/06/g1-sobrevoa-cidades-destruidas-pela-enchente-em-alagoas.html> Acesso em: 03. Fev. 2017.

GAZETA DO POVO VIDA E CIDADANIA.

Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/cenario-de-tsunami-no-nordeste-1dvohyhgmbfjl91c0l0kgxu6. Acesso em: 04. Fev. 2017.

GUATTARI, E. ; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes. 1996

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, São Paulo, 2005. Anais. São Paulo: USP, 2005.

ONU. Organização das Nações Unidas. Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2016.

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO- PDPDI – UNIÃO DOS PALMARES, 2006.

PORTO, M. F. de S. **Uma ecologia política dos riscos** – princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. Informe Técnico Inundação no Nordeste – Alagoas e Pernambuco. Edição n. 4. Junho 2010. Disponível em: < http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/informe_desastres_6julho_final.pdf >. Acesso em: 11 fev. 2017.

SEMARH. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Disponível em <http://www.semarh.al.gov.br/> acesso em: 04 de fev. 2017.

TOMINAGA, L.K.; SANTORO, J. AMARAL, R. (Org.) **Desastres Naturais**: conhecer para prevenir. São Paulo: Instituto Geológico, 2009.

VERONA, J. A.; TROPPIAIR, H. Evolução das questões ambientais, qualidade ambiental e de vida e a cidade de Várzea Paulista-SP: breve comparação de conceitos. **Geografia**, Rio Claro, v.29, n.1, 2004, p.111-126.